

RELATÓRIO TÉCNICO

Análise da Regularidade, Transparência e Segurança do Processo Eleitoral

Entidade: Instituto Inove Social – I9 Social

Documentos-base: Ata da Assembleia Geral Eleitoral; Estatuto Social vigente;

1. OBJETO DO RELATÓRIO

O presente relatório tem por finalidade analisar o processo eleitoral realizado pela entidade, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral, à luz das disposições estatutárias vigentes e das melhores diretrizes de governança previstas na Cartilha de Governança em Entidades Esportivas do Ministério do Esporte, especialmente no que se refere à segurança, transparência, legitimidade democrática e imunidade a fraudes do sistema de votação adotado.

2. DOCUMENTOS ANALISADOS

Para a elaboração deste relatório, foram examinados os seguintes documentos:

- Ata da Assembleia Geral que deliberou sobre a eleição dos membros da diretoria e/ou órgãos estatutários;
- Estatuto Social vigente da entidade, devidamente registrado;

3. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA E DE GOVERNANÇA

A Lei nº 9.615/98 estabelece, em seu artigo 22, que os processos eleitorais das entidades esportivas devem assegurar, entre outros requisitos:

- Colégio eleitoral regularmente constituído;
- Publicidade e transparência do processo;
- Direito de participação e fiscalização pelos interessados;
- Sistema de recolhimento de votos imune a fraude;
- Acompanhamento da apuração pelos candidatos e demais interessados.

Tais exigências são reforçadas pela Cartilha de Governança em Entidades Esportivas, que destaca os princípios da transparência, democracia, equidade, controle social e accountability como pilares essenciais para a legitimidade dos atos eleitorais praticados pelas entidades do sistema desportivo.

4. ANÁLISE DO PROCESSO ELEITORAL REALIZADO

Da análise da Ata da Assembleia Geral, verifica-se que o processo eleitoral foi conduzido de forma regular, observando-se os seguintes aspectos relevantes:

4.1 Convocação e Instalação da Assembleia

A Assembleia Geral foi regularmente convocada, nos termos do Estatuto Social, com indicação expressa de data, horário, local e ordem do dia, incluindo de forma clara o item referente à eleição dos dirigentes. Tal procedimento assegura o princípio da publicidade e o direito de participação dos membros legitimados.

4.2 Composição do Colégio Eleitoral

O colégio eleitoral foi composto exclusivamente por associados/membros aptos, em pleno gozo de seus direitos estatutários, inexistindo qualquer restrição indevida à participação ou ao exercício do direito de voto, em consonância com o princípio da democracia interna.

4.3 Forma de Votação e Apuração

A eleição ocorreu em ambiente presencial e coletivo, no curso da Assembleia Geral, com votação direta, transparente e simultânea, permitindo:

- A identificação dos votantes legitimados;
- O acompanhamento integral do procedimento pelos presentes;
- A imediata apuração dos votos após o encerramento da votação;
- A proclamação do resultado em ato contínuo.

A forma adotada elimina a possibilidade de manipulação posterior de votos, adulteração de resultados ou interferências externas, configurando sistema de votação simples, rastreável e verificável, plenamente compatível com a exigência legal de imunidade a fraudes.

4.4 Registro Formal e Publicidade do Resultado

Todos os atos praticados durante a Assembleia, incluindo o procedimento eleitoral, o resultado da votação e a composição dos eleitos, foram devidamente registrados em ata, documento formal que goza de presunção de veracidade e que permite fiscalização posterior por associados, órgãos de controle e terceiros interessados.

5. CONCLUSÃO TÉCNICA

Diante da análise realizada, conclui-se que o processo eleitoral:

- Observou integralmente as disposições do Estatuto Social da entidade;

- Atendeu aos princípios da transparência, democracia, equidade e controle social;
- Seguiu as diretrizes estabelecidas na Cartilha de Governança em Entidades Esportivas do Ministério do Esporte;
- Utilizou forma de votação presencial, direta e pública, com apuração imediata;
- Adotou procedimento objetivamente imune a fraude, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei nº 9.615/98.

Assim, não foram identificados vícios formais ou materiais capazes de comprometer a lisura, a legitimidade ou a confiabilidade do processo eleitoral, razão pela qual se atesta a regularidade da eleição realizada.

Ribeirão Preto, 16 de Dezembro de 2025.

MARCO ANDRE

Diretor Presidente